

1961 NOV 21

Regime de governo (ABC) P5

# Numa república, o presidente é um rei; melhor o parlamentarismo

Bronislaw Drabek (\*)

Por estranha coincidência, os principais defensores do presidencialismo são exatamente aqueles que ocupam altas posições no governo. Torna-se bastante fácil entender suas razões. Adotado o parlamentarismo, automaticamente sua esfera de poder estaria reduzida.

O presidente é um rei numa república. Nomeia seus ministros, que a ninguém dão conta da administração que fazem. A substituição desses ministros, notadamente daqueles que não atuam em favor do bem comum, por ser um cargo de confiança particular do presidente, só acontece por dois motivos: quando o próprio solicita demissão ou quando o presidente resolve destituí-lo.

Num regime parlamentarista, reduzem-se os poderes do presidente da República, ao se separar a chefia do governo da chefia do Estado.

Fica o presidente como chefe de Estado e o primeiro-ministro com a chefia do governo. A grande diferença, além de reduzir a esfera de atuação da máquina governamental, aos moldes hoje assistidos, está em que o chefe de governo deve constantemente prestar contas ao Poder Legislativo da atuação dos ministros que ele indicou. A máquina administrativa deixará de ser usada da forma abusiva como acontece hoje. Como exemplos bem simples, veríamos que as nomeações para cargos públicos sem realização de concursos terminariam. O dispêndio público, através de gastos supérfluos, seria bem menor, porque as cobranças de corretas atuações e de correto emprego da coisa pública seriam mais efetivas num regime parlamentarista. A impunidade que hoje facilita e incentiva a politicagem estaria com seus dias contados. O Legislativo, com seus poderes restituídos, também seria policiado mais efetivamente. O cidadão comum, aquele que vo-

tu em seu representante, teria armas concretas para cobrar desse parlamentar suas promessas políticas, atitudes sérias.

Sem possibilidades de trocar favores por votos, a expensas dos cofres públicos, fica difícil conseguir novo mandato político. Daí o desespero, daí abusivamente a luta em determinar que somente permanecerão nos atuais cargos de confiança aqueles que publicamente adotarem atitudes de defesa do atual regime presidencialista.

Não podemos esquecer que é incompatível com a democracia a perpetuação do poder. A rotatividade deve ser preservada, bem como a garantia de que os cargos públicos serão exercidos em benefício do povo, em favor do bem comum, sem conchavos, sem barganhas.

É necessário também lembrar que os gastos públicos existem em função dos serviços que devem ser prestados ao cidadão. É o povo, através de seus representantes, que deve determinar quais os investimentos e gastos públicos que deverão ser feitos pelo

governo, em seu favor. Hoje, parece ter ocorrido uma inversão de valores. O cidadão é atingido diariamente com mudanças na política tributária, sempre na direção de se obter mais e mais dinheiro dos contribuintes, com a justificativa eterna do déficit público.

Tomemos como exemplo os prédios, em Brasília, destinados a cada ministério, a chamada Esplanada dos Ministérios. Reparem que, num intervalo de oito anos, mais ou menos, o número de prédios simplesmente duplicou. Já contamos com duas Esplanadas. Imaginem quanto foi necessário arrecadar de impostos apenas para construir aqueles edifícios. Depois, para mobiliar, decorar e, então, colocar neles tantos funcionários que, garanto, esses prédios já se tornam apertados, pequenos. É necessária nova construção?

Em que o interesse público está sendo favorecido? Quantos de nós, pobres mortais, simples eleitores, estamos cobrando atitudes concretas de nossos parlamentares? Que resultados práticos obtivemos? Qual o

ministro demitido por solicitação das casas parlamentares? As respostas, quem haverá de tê-las?

Façamos um retorno, uma digressão rápida no tempo. Raymond Aron, em palestra proferida na Universidade de Brasília, em 1980, com muita propriedade disse a respeito da inversão de valores na política: "O segundo tipo de corrupção é do espírito público, que Montesquieu chamaria de corrupção do princípio. Podem-se imaginar diversas modalidades da corrupção do princípio: o espírito partidário acaba apagando a consciência do bem comum ou então o espírito de compromisso, necessário para o funcionamento do regime, acaba impedindo qualquer decisão clara e qualquer política resoluta".

Parece que estamos vivenciando essa definição, pouco tempo após ter sido deflagrada a Nova República. Já a respeito do que dizia sobre a atuação efetiva de nossas casas de leis, Afonso Arinos de Melo Franco, em exposição feita no Senado Federal, em 1981, e que permanece

atualíssima, no momento político, declarava: "O mais expressivo sintoma dessa estranha situação é a ausência de representatividade política do Congresso Nacional (digo representatividade política, e não eleitoral), ausência que é, ao mesmo tempo, causa e efeito das condições em que se acha a política brasileira. Há um contraste flagrante, um desequilíbrio perigoso, entre o rápido desaparecimento do poder autoritário, a partir de 1978, em outras palavras, entre a reconquista da liberdade, de um lado, e, do outro, a marginalização do Poder Legislativo no desenvolvimento deste processo, o que lhe tira a genuidade democrática, quer dizer, a legitimidade".

Devemos lembrar aos atuais parlamentares, mais uma vez, os princípios básicos da democracia, lembrar a finalidade primeira para que foram eleitos e, sobretudo, o fato de que os mandatos se encerram, passam e a Nação deve manter-se incólume, crescente, altaneira ao transcurso dos séculos, com seu povo participando

da determinação do próprio destino, pagando apenas o preço justo, sem favorecimentos. A verdade e a liberdade exigem antes a palavra sincera e o convencimento pela razão do que subterfúgios ou troca de favores, custeados pelo próprio povo.

A que duras penas, a que custo, a máquina governamental haverá de funcionar com a intenção de manter uma forma de governo que se mostrou responsável pela instabilidade política que nem mesmo a Nova República conseguiu minimizar? Credibilidade é o que ainda falta. A cada nova promessa, novo voto de confiança desrespeitado.

Os homens passam, as instituições permanecem. Vamos exigir o retorno a uma democracia plena, em que os poderes coexistam participantes e independentes, sem ingerências, em benefício da evolução pacífica, com justiça e legitimidade.

(\*) Advogado tributário; juiz-secretário do Tribunal Judiciário Maçônico da Grande Loja de São Paulo.